



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 115.726/13

ACORDO N. 2015/012.0

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS
DEPUTADOS E A CÂMARA MUNICIPAL
DE BAURU, OBJETIVANDO IMPLANTAR
A TRANSMISSÃO DE RÁDIO FM NA
CIDADE DE BAURU/SP.

Ao(s) *três* dias do mês de *março* de dois mil e quinze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, neste ato representada pelo seu Presidente, o Deputado EDUARDO CONSENTINO DA CUNHA, doravante denominada simplesmente CÂMARA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE BAURU, com sede na Praça Dom Pedro II, n. 1-50, Centro, Bauru - São Paulo, CEP: 17015-230, inscrita no CNPJ sob o n. 50.544.220/0001-54, neste ato representada pelo seu Presidente, o Vereador ANTONIO FARIA NETO, doravante denominada simplesmente CÂMARA MUNICIPAL, celebram o presente Acordo, em conformidade com as disposições contidas no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80/01, de 7/6/01, publicado no D.O.U de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e a Lei n. 8.666, de 21/6/93, doravante denominada LEI, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo tem por objetivo adotar ações conjuntas visando à transmissão de rádio em frequência modulada - FM no canal 230 consignado à Câmara dos Deputados pelo Ministério das Comunicações, por meio da Portaria n. 75, de 21/2/14, publicada no D.O.U de 7/3/14, na cidade de BAURU/SP, mediante a cessão de faixas de programação de rádio FM e a instalação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada naquela localidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo primeiro - A Estação de Rádio FM instalada na cidade de BAURU/SP consiste de um sítio com uma torre de transmissão com toda infraestrutura necessária para o funcionamento do transmissor FM, sistema irradiante e demais equipamentos acessórios, com a função de captar, processar e transmitir os sinais de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo segundo - Os partícipes, para transmissão dos sinais de rádio FM, além da legislação constante do preâmbulo, comprometem-se a cumprir a legislação que regula o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e, em particular, as seguintes:

- a) Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações;
- b) Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- c) Portaria n. 160, de 24 de junho de 1987, do Ministério das Comunicações, que estabelece as qualificações mínimas dos profissionais;
- d) Resolução n. 67, de 12 de novembro de 1998, da Agência Nacional de Telecomunicações, que aprova o Regulamento Técnico das Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, e suas alterações;
- e) Lei n. 10.222, de 09 de maio de 2001, que padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda;
- f) Resolução n. 303, de 2 de julho de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações, que aprova o Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz;
- g) Portaria n. 392, de 18 de julho de 2007, do Ministério das Comunicações, que dispõe sobre o horário de retransmissão da Voz do Brasil;
- h) Portaria n. 290, de 30 de março de 2010, do Ministério das Comunicações, que institui o Sistema Brasileiro de Rádio Digital;
- i) Portaria n. 354, de 11 de julho de 2012, do Ministério das Comunicações, que regulamenta a padronização do volume de áudio;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- j) Resolução n. 596, de 06 de agosto de 2012, da Agência Nacional de Telecomunicações, que aprova o Regulamento de Fiscalização;
- k) Portaria n. 112, de 22 de abril de 2013, do Ministério das Comunicações, que aprova o Regulamento de Sanções Administrativas;
- l) Portaria n. 159, de 11 de junho de 2013, do Ministério das Comunicações, que estabelece procedimento para autorização de funcionamento em caráter provisório;
- m) Portaria n. 231, de 07 de agosto de 2013, do Ministério das Comunicações, que estabelece regras para a autorização de alteração de características técnicas;
- n) Portaria n. 04, de 17 de janeiro de 2014, do Ministério das Comunicações, que estabelece procedimentos de consignação de radiodifusão aos Poderes e órgãos da União;
- o) Legislação eleitoral, em especial, as Leis n. 9.504/97 e n. 9.096/95 e as instruções relativas publicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Caberá à CÂMARA:

- I. Ceder à CÂMARA MUNICIPAL faixas de programação no canal de rádio FM conforme o Anexo I integrante deste Acordo. Em caso de coincidência de funcionamento dos Plenários de ambas as Casas Legislativas, a prioridade será do Plenário da CÂMARA MUNICIPAL. Neste caso, a sessão do Plenário da CÂMARA deverá ser gravada e transmitida ao término da sessão da CÂMARA MUNICIPAL;
- II. Responsabilizar-se pelos equipamentos e serviços necessários ao envio dos sinais da Rádio Câmara gerados a partir de Brasília-DF para a CÂMARA MUNICIPAL, para utilização na composição do sinal destinado à veiculação da Estação de Rádio FM, na cidade de BAURU/SP, tais como o segmento espacial e o sistema de subida de sinal para satélite (*Up-link*);
- III. Efetuar o pagamento de todas as taxas destinadas ao FISTEL relativas ao canal de rádio FM consignado, estabelecidas pela Lei n. 9.472, de 16 de julho 1997 (Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência - PPDUR, Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF), bem como pelo pagamento da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - CFRP, definida pela Lei n. 11.652, de 07 de abril de 2008;
- IV. Responsabilizar-se pela análise e envio de documentos e solicitações para o Ministério das Comunicações e para a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e por toda e qualquer comunicação com esses órgãos referente ao canal de rádio FM consignado, tais como a solicitação de autorização de uso de radiofrequência e a solicitação de análise de projeto de instalação de estação;
- V. Comunicar imediatamente à CÂMARA MUNICIPAL qualquer ocorrência relacionada aos itens de sua responsabilidade que possa comprometer a transmissão dos sinais na cidade de BAURU/SP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Caberá à CÂMARA MUNICIPAL:

- I. Responsabilizar-se pela transmissão dos sinais de rádio FM na cidade de BAURU/SP, em conformidade com a legislação vigente;
- II. Responsabilizar-se pela disponibilização de sítio e torre de transmissão na cidade de BAURU/SP, de acordo com aspectos técnicos exigidos pelo Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (PBFM) aprovado pela Anatel;
- III. Responsabilizar-se pela disponibilização e manutenção de abrigo ou edificação, destinado à instalação e acomodação dos equipamentos necessários à transmissão da Estação de Rádio FM;
- IV. Responsabilizar-se pela aquisição, instalação e manutenção de todos os equipamentos necessários à transmissão dos sinais da emissora de rádio FM na cidade de BAURU/SP, a serem instalados no sítio de transmissão da Estação de Rádio FM, tais como o transmissor, sistema irradiante, equipamento de recepção de sinais de satélite (*Down-link*), entre outros;
- V. Responsabilizar-se pela infraestrutura necessária para a instalação dos equipamentos, envolvendo, conforme o caso, alimentação elétrica estabilizada e com sistema ininterrupto de energia (*no-break*), quadro



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- elétrico dimensionado, sistema de ar-condicionado e controle de acesso ao sistema de transmissão;
- VI. Gerar o sinal de áudio destinado à veiculação, a partir da programação original da Rádio Câmara e das inserções de conteúdo local nas faixas de programação cedidas pela CÂMARA, incluindo fornecimento e operação de equipamentos em estúdio para processamento e mixagem.
 - VII. Responsabilizar-se pela condução do sinal de áudio (enlace estúdio transmissor) referido no inciso VI destinado à veiculação da Rádio FM até a torre de transmissão prevista no inciso II;
 - VIII. Responsabilizar-se pela operação da Estação de Rádio FM e pelo monitoramento da qualidade dos sinais captados e irradiados, em tempo integral e ininterrupto, durante toda execução da transmissão na cidade de BAURU/SP, devendo assegurar a disponibilidade da estação nos percentuais exigidos legalmente;
 - IX. Responsabilizar-se pelo conteúdo inserido nas faixas de programação cedidas pela CÂMARA, nos termos da legislação vigente, em especial:
 - a) Não veicular proselitismo de qualquer natureza, à exceção daquela decorrente da transmissão ao vivo e não editada dos trabalhos legislativos;
 - b) Não transmitir atividades parlamentares que configurem propaganda eleitoral antecipada; e,
 - c) Não transmitir qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como admitir patrocínio dos programas transmitidos.
 - X. Responsabilizar-se pela transmissão da propaganda político-partidária estadual e municipal, segundo a legislação eleitoral vigente;
 - XI. Assumir todas as despesas de custeio da estação de radiodifusão sonora, tais como aluguel, condomínio, energia elétrica, água, refrigeração, telefone, dentre outras necessárias para o bom funcionamento dos equipamentos para a transmissão dos sinais de rádio FM na cidade de BAURU/SP;
 - XII. Responsabilizar-se pela guarda, pela conservação e pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos necessários à transmissão da Rádio FM na cidade de BAURU/SP;
 - XIII. Comunicar imediatamente à CÂMARA qualquer ocorrência relacionada aos itens de sua responsabilidade que possa comprometer a transmissão dos sinais na cidade de BAURU/SP.

Assinatura



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- XIV. Responsabilizar-se pela gravação e armazenamento da programação diária da emissora da Rádio FM, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto n. 52.795, mantendo o registro por um período mínimo de 30 (trinta) dias;
- XV. Encaminhar à CÂMARA a gravação de que trata o item anterior sempre que solicitado;
- XVI. Manter responsável técnico pela estação de radiodifusão sonora nos termos da legislação vigente;
- XVII. Responsabilizar-se pela elaboração do projeto técnico e de toda a documentação acessória exigida para a instalação da estação de radiodifusão sonora, para o seu licenciamento e para eventuais alterações de características técnicas, conforme legislação vigente.
- XVIII. Manter permanentemente disponível, no recinto onde se encontram os transmissores, cópia de todos os documentos relativos à estação de radiodifusão sonora, tais como:
- a) cópia do presente Acordo de Cooperação;
 - b) ato de consignação;
 - c) aprovação dos locais e dos equipamentos de instalação;
 - d) autorização de uso de radiofrequência;
 - e) projeto técnico de instalação da estação;
 - f) relatório de conformidade, de acordo com a Resolução nº 303, de 2 de julho de 2002, da Anatel;
 - g) licença de funcionamento da estação, se já obtida;
 - h) laudo de ensaio do transmissor, fornecido pelo fabricante.
- XIX. Zelar pelo fiel cumprimento dos termos deste Acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Além das condições aqui estabelecidas, os partícipes se comprometem a cumprir todas as metas e objetivos firmados em Plano de Trabalho, a serem pactuados pelas Diretorias-Gerais de ambas Casas Legislativas, contemplando as especificações de natureza técnica e logística necessárias para a implantação em caráter definitivo do canal de transmissão de Rádio FM para a cidade de BAURU/SP.

Parágrafo único – Os partícipes indicarão os nomes dos técnicos e assessores que ficarão responsáveis pela interlocução entre as duas Casas

Three handwritten signatures in black ink are located at the bottom right of the page. The signatures are stylized and appear to be of different individuals.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Legislativas e para acompanhamento da execução dos planos de trabalhos citados no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O presente Acordo desonera os partícipes signatários de quaisquer transferências financeiras para o atendimento de suas cláusulas.

Parágrafo único – As despesas porventura decorrentes da operacionalização deste Acordo correrão à conta de contratos firmados pela CÂMARA e pela CÂMARA MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA DENÚNCIA

O presente Acordo vigorará por 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da assinatura dos seus partícipes.

Parágrafo primeiro – Este Acordo pode ser denunciado por qualquer dos partícipes, por meio de comunicação escrita, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo segundo - A eventual denúncia deste instrumento não prejudicará a execução das ações que tenham sido instituídas, devendo as atividades ser desenvolvidas normalmente até a sua conclusão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste Acordo serão solucionados em comum entendimento entre os partícipes e formalizados em termos aditivos.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo deverá ser publicado pelos partícipes, de forma resumida, na Imprensa Oficial, nos termos do parágrafo único do artigo 109 do REGULAMENTO, bem como da LEI.

CLÁUSULA NONA - DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Considera-se órgão responsável pelo presente Acordo, no âmbito da CÂMARA, a Coordenação de Rede Legislativa de Rádio e TV, localizada no Edifício Principal da Câmara dos Deputados, que indicará o servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização deste Acordo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

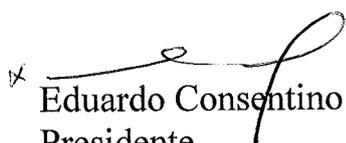
CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes do cumprimento deste Acordo.

E por estarem assim de acordo, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 9 (nove) folhas cada, incluindo o Anexo I, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Brasília, 13 de março de 2015.

Pela CÂMARA:

x 
Eduardo Consentino da Cunha
Presidente

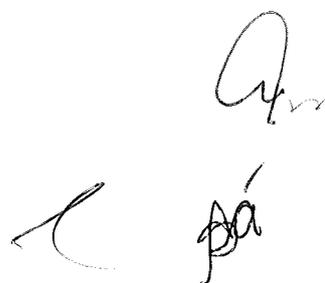
Pela CÂMARA MUNICIPAL:


Antonio Faria Neto
Presidente

Testemunhas:

- 1) Ana Flávia de A. Sá
- 2) Witaldo de Sousa Cruz - 701.399

CCONT/WS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO I								
HORÁRIO	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	HORÁRIO
00:00								00:00
01:00								01:00
02:00								02:00
03:00								03:00
04:00								04:00
05:00								05:00
06:00								06:00
07:00								07:00
07:30								07:30
08:00								08:00
09:00								09:00
09:30								09:30
10:00								10:00
11:00								11:00
12:00								12:00
13:00								13:00
13:30								13:30
14:00								14:00
15:00								15:00
16:00								16:00
17:00								17:00
18:00								18:00
19:00								19:00
20:00								20:00
21:00								21:00
21:30								21:30
22:00								22:00
22:30								22:30
23:00								23:00

 RADIO CÂMARA
 RADIOS PARCEIRAS

[Assinaturas manuscritas]